



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



ANEXO I do Edital do Pregão (Eletrônico) SRRF10 nº 14/2023

**TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - PREGÃO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL – SRRF10
(Processo Administrativo nº 11000.727428/2022-33)**

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços continuados de operação de 4 (quatro) equipamentos de raios X, do tipo escâner móvel, marca NUCTECH, modelo MT1213LH, utilizados para inspeção de unidades de carga e veículos, a serem prestados nos locais onde se encontram instalados os equipamentos, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Descrição do Item	Código do item no Catálogo de Serviço (CATSER) do Sistema de Serviços Gerais (SISG)	Quantidade Estimada para 2 (dois) anos	Unidade de medida	Valor Global Máximo em R\$
	1	Prestação de serviços continuados, com utilização de mão de obra com dedicação exclusiva, de operação de 1 (um) equipamento de raios X, localizado no município de Chuí - RS , para inspeção de unidades de carga e veículos, do tipo escâner móvel, marca NUCTECH, modelo MT1213LH, utilizados para inspeção de unidades de carga e veículos, para o período de 2 (dois) anos.	21032	1	Unidade *	492.097,92
1	2	Prestação de serviços continuados, com utilização de mão de obra com dedicação exclusiva, de operação de 1 (um) equipamento de raios X, localizado no município de Santana do Livramento - RS , para inspeção de unidades de	21032	1	Unidade *	578.691,84

		carga e veículos, do tipo escâner móvel, marca NUCTECH, modelo MT1213LH, utilizados para inspeção de unidades de carga e veículos, para o período de 2 (dois) anos.				
3		Prestação de serviços continuados, com utilização de mão de obra com dedicação exclusiva, de operação de 1 (um) equipamento de raios X, localizado no município de São Borja - RS , para inspeção de unidades de carga e veículos, do tipo escâner móvel, marca NUCTECH, modelo MT1213LH, utilizados para inspeção de unidades de carga e veículos, para o período de 2 (dois) anos.				941.144,16
4		Prestação de serviços continuados, com utilização de mão de obra com dedicação exclusiva, de operação de 1 (um) equipamento de raios X, localizado no município de Uruguaiana - RS , para inspeção de unidades de carga e veículos, do tipo escâner móvel, marca NUCTECH, modelo MT1213LH, utilizados para inspeção de unidades de carga e veículos, para o período de 2 (dois) anos.	21032	1	Unidade *	888.551,04
Valor Global Máximo Aceitável para 2 (dois) anos para o Grupo 1 (em R\$)						2.900.484,96

Quadro 1: Resumo da necessidade de serviços e valor global estimado para 2 (dois) anos para cada item.

(*) Para o código SISG/CATSERV 21032 (Prestação de Serviços de Operação Sistema / Equipamentos / Máquinas), a única unidade de fornecimento disponível no sistema é “Unidade”.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 2 (dois) anos contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a operação dos 4 (quatro) equipamentos de raios X, do tipo escâner móvel, utilizados para inspeção de unidades de carga do tipo contêiner e veículos, visam atender à necessidade da RF10 de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, proporcionando integridade e segurança ao funcionamento das atividades finalísticas da RFB, de modo que, mantida sua indisponibilidade, poderá comprometer a prestação de serviço público e o cumprimento da missão institucional do Órgão, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando as justificativas constantes no item 4.5 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 00394460000141-0-000048/2023
- II. Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
- III. Id do item no PCA: 121
- IV. Classe/Grupo: 859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE
- V. Identificador da Futura Contratação: 170177-110/2023

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação são os constantes no item 4 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, e além disso:

Sustentabilidade

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. Para a presente contratação, constará no Instrumento de Contrato a seguinte obrigação da contratada:

“Atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.”

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.5. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.6. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.8. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 11 horas e das 14 horas às 16 horas, nos locais de instalação dos equipamentos, que constam no subitem 5.2 deste Termo de Referência.

4.9. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.11. **Caso a licitante opte por não realizar vistoria**, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico/representante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo que será Anexo do Edital.

4.12. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de assinatura do Instrumento de Contrato.

5.1.2. A prestação de serviços de operação de equipamentos de raios X, com utilização de mão de obra com dedicação exclusiva, deve ser realizada de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear-CNEN e/ou Autoridade Nacional de Segurança Nuclear – ANSN, em face da Lei nº 14.222, de 2021, mais precisamente do disposto nos artigos 6º e 8º, no que diz respeito à operação de instalação aberta, cumprindo-se, ainda, as determinações da Administração.

5.1.3. Os serviços serão contratados através da definição de postos de trabalho, para os quais a Contratada deverá disponibilizar Equipe(s) Residente(s), que será(ão) responsável(eis) pela rotina dos serviços nas seguintes localidades:

5.1.3.1 São Borja – RS;

5.1.3.2 Chuí – RS;

5.1.3.3 Santana do Livramento – RS; e

5.1.3.4 Uruguaiana -RS.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos endereços onde os equipamentos encontram-se instalados:

Unidade de localização do equipamento	Endereço do local de operação do equipamento
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em São Borja – IRF/SBA.	Centro Unificado de Fronteira – CUF – BR-285, km 551 – São Borja – RS.
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Chuí – IRF/CHU.	BR-471, km 650, Chuí – RS, CEP 96.255-000.
Alfândega da Receita Federal do Brasil em Santana do Livramento – ALF/SLV.	Rodovia BR-158, km 559, Porto Seco Rodoviário, Santana do Livramento – RS.
Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana – ALF/URA.	Rodovia BR-290, km 724, Uruguaiana – RS, CEP 97.502-008.

5.3. **Regimes de operação:** os serviços de operação de cada instalação aberta deverão ser prestados em observância à legislação trabalhista brasileira e às normas da CNEN/ANSN, nos seguintes regimes de operação:

a) **Regime I** – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sendo 8h48min (oito horas e quarenta e oito minutos) por dia de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário a ser definido pela fiscalização do contrato previamente ao início da prestação dos serviços, compreendido no período entre 7 e 22 horas, com intervalo para descanso e alimentação (sem substituição) entre uma jornada (turno) de trabalho e outra, em conformidade com a legislação vigente;

b) **Regime II** – 72 (setenta e duas) horas semanais, sendo 12 (doze) horas por dia de segunda a sábado, inclusive feriados [exceto 1º de janeiro, Sexta-Feira Santa (Sexta-Feira da Paixão), 1º de maio e 25 de dezembro], a serem prestados no horário entre 7 e 22 horas, com intervalo para descanso e alimentação (sem substituição) entre uma jornada de trabalho e outra, em conformidade com a legislação vigente.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. Localização dos equipamentos de raios X e Regimes de Operação:

Unidade de localização do equipamento	Jornada de trabalho	Regime de Operação
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em São Borja – IRF/SBA.	12h de segunda-feira a sábado	II
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Chuí – IRF/CHU.	8h48min de segunda-feira a sexta-feira	I
Alfândega da Receita Federal do Brasil em Santana do Livramento – ALF/SLV.	8h48min de segunda-feira a sexta-feira	I
Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana – ALF/URA.	12h de segunda-feira a sábado	II

5.4.1. Os intervalos para descanso e refeição (sem substituição), a serem gozados conforme prevê a legislação de regência, serão concedidos pela Contratada aos seus empregados sem prejuízo da quantidade diária de horas da prestação dos serviços.

5.4.2. Os horários e dias de trabalho definidos nos regimes serão flexíveis, de acordo com as necessidades da Administração, atendidas as exigências da legislação trabalhista.

5.4.3. Serão suportados pela contratada e de sua responsabilidade todos os custos necessários à prestação dos serviços de operação, bem como todos os materiais, equipamentos, uniformes, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, transporte, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constante da proposta.

5.4.4. A contratada ficará responsável, também, por todas as providências necessárias à obtenção de autorização e/ou permissão da CNEN (exceto pelo pagamento das taxas definidas abaixo), para que as instalações abertas estejam em condições de iniciarem os trabalhos de operação.

5.4.4.1 As taxas de licenciamento, controle e fiscalização de materiais nucleares e radioativos e suas instalações - TLC (Objeto: Instalações), devidas à CNEN/ANSN, bem como de eventuais renovações, conforme a ocorrência dos atos referidos na alínea "n", do Anexo II, da Lei nº 14.222, de 2021, serão pagas pela Administração, após a apresentação da Guia de Recolhimento da União – GRU pela contratada.

5.4.4.2 Esse custo não será inserido na planilha de custos e formação de preços da Administração e não deverá ser aportado pela licitante em sua proposta.

5.4.4.3 As normas que disciplinam o licenciamento e a cobrança são: Lei nº 14.222, de 2021, e Norma CNEN NN 6.02.

5.4.5. Em conformidade com a Resolução CNEN 293/22, de 31 de março de 2022 e o Guia para o licenciamento de instalações radiativas de Inspeção de Bagagem e Contêineres do Subgrupo 7C (Versão 2.0 - junho/2020), para obtenção do licenciamento a interessada deverá possuir:

- a) Plano de Proteção Radiológica (PPR) específico aprovado;
- b) 2 (dois) Supervisores de Proteção Radiológica (SPR) qualificados pela CNEN/ANSN; e
- c) Equipe de Operação, que deve estar certificada para esse serviço.

5.4.6. Plano de Proteção Radiológica

5.4.6.1 O Plano de Proteção Radiológica deverá estar em conformidade com as normativas CNEN NN 3.01 – Diretrizes Básicas de Proteção Radiológica, CNEN NE 3.02 – Serviços de Radioproteção, ou as que vierem a alterá-las ou sucedê-las.

5.4.6.2 Todas as orientações para confecção do Plano estão no ANEXO I do Guia para o licenciamento de instalações radiativas de Inspeção de Bagagem e Contêineres do Subgrupo 7C (Versão 2.0 - junho/2020) da CNEN.

5.4.6.3 O Plano de Proteção Radiológica deve ser apresentado à CNEN/ANSN por instalação (local de uso da(s) fonte(s) de radiação) e será providenciado pela contratada em um prazo de **até 15 dias úteis**, após a assinatura do contrato.

5.4.6.3.1. Será admitida a prorrogação do prazo previsto no subitem 5.4.6.3, desde que devidamente justificado.

5.4.6.3.2. O pedido de prorrogação do prazo, subitem 5.4.6.3, deverá ser previamente autorizada pela equipe de fiscalização do contrato.

5.4.7. Supervisores de Proteção Radiológica

5.4.7.1 Requisitos da Função:

- a) Possuir a formação de ensino superior nas áreas Biomédica, Científica ou Tecnológica;
- b) Ter concluído curso de Formação de Supervisores de Proteção Radiológica, com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas; e
- c) Possuir a qualificação de Supervisor de Proteção Radiológica concedida pela CNEN/ANSN.

5.4.7.2 Atribuições: Os Supervisores de Proteção Radiológica, além das responsabilidades constantes nas Normas NN3.01 e CNEN NN-7.01, têm as seguintes responsabilidades específicas:

- a) Planejar e supervisionar as atividades de proteção radiológica durante as operações de inspeção de bagagem e contêineres;
- b) Cumprir e fazer cumprir os requisitos das resoluções da CNEN/ANSN;

- c) Examinar, sob o ponto de vista da proteção radiológica, os projetos de construção e alteração de instalações e acompanhar a execução dos mesmos;
- d) Garantir que as instalações atendam às condições de operação;
- e) Elaborar e manter atualizadas as instruções de proteção radiológica e de emergência;
- f) Auxiliar na seleção das equipes de trabalho, sob o ponto de vista da proteção radiológica;
- g) Avaliar as exposições nos locais sujeitos a radiações, em condições normais, em casos de acidentes ou em situações de emergência, e adotar as medidas de proteção necessárias;
- h) Estabelecer e implantar os procedimentos necessários aos programas do plano de proteção radiológica;
- i) Supervisionar o recebimento e envio dos medidores individuais para troca, junto aos laboratórios de monitoração individual, certificados pela CNEN/ANSN;
- j) realizar auditorias presenciais periodicamente na instalação;
- k) Verificar as condições de segurança física das fontes nas instalações; e
- l) Verificar a disponibilidade, para uso imediato e em quantidades suficientes, de todo o material auxiliar para proteção radiológica.

5.4.8. **Equipe de Operação:**

5.4.8.1 Para o **Regime de Operação I:**

5.4.8.1.1. Constituída de **3 (três) profissionais**, sendo **2 (dois) Inspetores de Imagem I** (CBO 317205) e **1 (um) Controlador de Tráfego II** (CBO 342310), ou CBOs e cargos indicados na CCT/ACT a que estiver vinculado.

5.4.8.2 Para o **Regime de Operação II:**

5.4.8.2.1. Constituída de **6 (seis) profissionais**, sendo **4 (quatro) Inspetores de Imagem I** (CBO 317205) e **2 (dois) Controladores de Tráfego II** (CBO 342310), ou CBOs e cargos indicados na CCT/ACT a que estiver vinculado.

5.4.8.3 **Inspetor de Imagem I**

5.4.8.3.1. **Requisitos da função:**

- a) Possuir formação em nível médio; e
- b) Ter concluído com aproveitamento um curso de proteção radiológica específico às atribuições de operador de radiografia industrial, com carga horária mínima de 80 (oitenta) horas, ministrado por Supervisor de Proteção Radiológica certificado pela CNEN.

5.4.8.3.2. **Atribuições:**

- a) Proceder a abertura e o recolhimento do braço de detectores, acionamento de geradores, modulares e aceleradores de elétrons.
- b) Certificar-se, após cada operação com o acelerador de elétrons, que o braço dos detectores retornou ao local de segurança;
- c) Operar os equipamentos aceleradores de elétrons;
- d) Avaliar a qualidade de imagem no software específico;
- e) Avaliar a qualidade das imagens aplicando filtros de processamento de imagem no software específico IPS;

- f) Levar, imediatamente, ao conhecimento do Supervisor de Radioproteção, quaisquer deficiências observadas nos dispositivos de segurança de monitoração, bem como quaisquer condições de perigo de que venha a tomar conhecimento; e
- g) Realizar, diariamente, a verificação técnica do equipamento, anotando os valores e níveis encontrados;
- h) Ser o responsável pela segurança e proteção radiológica das operações de inspeção de cargas dos equipamentos nas frentes de trabalho;
- i) Operar com segurança os equipamentos emissores de radiação para fins de inspeção de cargas;
- j) Zelar pela segurança e proteção física dos equipamentos emissores de radiação para fins de inspeção de cargas;
- k) Utilizar monitores individuais e medidores de radiação de área durante o trabalho com radiação;
- l) Providenciar a substituição dos medidores e monitores nas datas previstas;
- m) Utilizar o medidor de radiação portátil em qualquer trabalho com radiação;
- n) Assumir o controle inicial e aplicar as ações previstas nos procedimentos de situações de emergência;
- o) Cumprir os requisitos dos guias da CNEN/ANSN, das Resoluções da CNEN/ANSN e do Plano de Proteção Radiológica da instalação em que estiver trabalhando;
- p) Verificar as condições de funcionamento dos equipamentos emissores de radiação;
- q) Verificar o funcionamento dos sistemas de segurança, em especial os referentes à exclusão da cabine do condutor e alertas sonoros e luminosos;
- r) Verificar as condições de funcionamento dos medidores de radiação;
- s) Verificar a validade dos certificados de calibração dos medidores de radiação;
- t) Verificar documentação e registros disponíveis na instalação de operação, conforme descrito no Plano de Proteção Radiológica (PPR);
- u) Realizar as monitorações de áreas estabelecidas no Plano de Proteção Radiológica e manter os registros correspondentes nas instalações de operação;
- v) Realizar as monitorações de áreas após realização de manutenção preventiva ou corretiva a fim de verificar se as condições de blindagem do equipamento continuam as mesmas;
- x) Verificar a disponibilidade, para utilização imediata e em quantidade suficiente, de todo material auxiliar para radioproteção;
- z) Dispor dos meios necessários ao controle físico e operacional, bem como do plano específico do trabalho a ser executado, o qual deve incluir procedimentos de emergência, relação dos trabalhadores, das fontes e das doses acumuladas pelos trabalhadores;
- aa) Ter a custódia das chaves do local de armazenamento dos irradiadores quando estes permanecem na instalação aberta;
- bb) Ter a custódia da caixa (com chave) onde são mantidos o medidor de referência e outros que não estejam em uso, mantendo-os afastados de fontes de radiação; e
- cc) Aplicar ações corretivas nas situações de emergência ou casos de acidente sob orientação do Supervisor de Proteção Radiológica.

5.4.8.4 Controlador de Tráfego II:

5.4.8.4.1. Requisitos da Função:

- a) Possuir formação em nível médio;
- b) Ser treinado e capacitado para auxiliar o Inspetor de Imagem na operação de equipamentos de raios X durante a inspeção;
- c) Ter concluído com aproveitamento um curso de proteção radiológica específico às atribuições de operador de radiografia industrial, com carga horária mínima de 80 (oitenta) horas, ministrado por Supervisor de Proteção Radiológica certificado pela CNEN/ANSN;
- d) Ter habilitação categoria D, para conduzir o veículo onde se encontra instalado o equipamento de raios X.

5.4.8.4.2. Atribuições:

- a) Zelar e manter inalterados e em condições apropriadas para o uso os equipamentos de irradiação, os dispositivos e meios de proteção, sinalização e segurança;
- b) Utilizar monitores de área e medidores de radiação em qualquer trabalho com radiação;
- c) Levar imediatamente ao conhecimento do Inspetor de imagem, quaisquer falhas ou deficiências nos equipamentos de irradiação ou nos dispositivos de monitoração de segurança, bem como situações operacionais que possam comprometer o controle e a segurança das atividades de radiografia industrial;
- d) Coordenar o fluxo operacional de veículos para a realização do correto procedimento operacional;
- e) Delimitar e sinalizar áreas supervisionadas e controladas conforme orientação do Supervisor de Proteção Radiológica, e comprovar, por meio de monitoração, o correto balizamento da área de operação;
- f) Dirigir o veículo onde se encontra instalado o equipamento de raios X em todos os deslocamentos que se fizerem necessários;
- g) Manter limpo o veículo onde se encontra instalado o equipamento de raios X, tomando todas as providências necessárias para a efetivação da limpeza do caminhão e cabine do motorista;
- h) Ser o responsável pelo fornecimento de dados de forma a manter o processo operacional em funcionamento e assim atender a necessidade do cliente;
- h) Ser o responsável por realizar os Levantamentos Radiométricos (LR) de área e na cabine do motorista (caminhão a ser inspecionado), conforme periodicidade estipulada pelo Serviço de Radioproteção;
- l) Antes de realizar qualquer medição com um medidor de radiação, verificar se o mesmo está funcionando corretamente. Sendo assim, é obrigatório verificar se o medidor está calibrado, em perfeito estado de conservação e realizar a seguir o procedimento de aferição; e
- m) Levar, imediatamente, ao conhecimento do Supervisor de Radioproteção quaisquer deficiências observadas nos dispositivos de segurança e de monitoração/medição e de perigo que venha conhecer e aplicar ações corretivas nas situações de emergências, ou em caso de acidente sob orientação do Supervisor de Radioproteção.

5.4.9. No caso de eventual paralisação de algum equipamento, por problemas técnicos (de manutenção), não haverá desconto dos pagamentos devidos à contratada.

5.4.10. A critério exclusivo da contratante, se entender o prazo de paralisação excessivo, poderá suspender a execução contratual.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

MATERIAIS - CHUÍ, SANTANA DO LIVRAMENTO E SÃO BORJA		
Item	Descrição	Qtde
1	Corrente para Segurança (plástico) – metros	180
2	Cone para Segurança	50
3	Placas Segurança	10

MATERIAIS - URUGUAIANA		
Item	Descrição	Qtde
1	Corrente para Segurança (plástico) – metros	180
2	Cone para Segurança	50
3	Placas Segurança	10
4	Estrutura Coberta Externa para Abrigo do Inspetor de Imagem e Controlador de Tráfego - Tipo Tenda Gazebo; com 3 paredes removíveis, dimensões: 3mx3mx2,5m (LxPxH); estrutura em aço carbono/alumínio; dobrável; tecido em poliéster com FPS 100; a ser fixada em piso.	1

EQUIPAMENTOS - CHUÍ E SANTANA DO LIVRAMENTO - 8h		
Item	Descrição	Qtde
1	Rádios Comunicadores - compatíveis com a frequência utilizada pela RFB	3
2	Dosímetros (1 por empregado + 1 padrão + 1 cabine + 3 área)	8
3	Medidor de Radiação - Geiger Müller	2
4	Smartphone	1
5	Pacote de dados atrelado ao Smartphone de no mínimo 25 GB	1
6	Calibração de Medidor de Radiação (anual)	2

EQUIPAMENTOS - SÃO BORJA E URUGUAIANA - 12h		
--	--	--

Item	Descrição	Qtde
1	Rádios Comunicadores - compatíveis com a frequência utilizada pela RFB	3
2	Dosímetros (1 por empregado + 1 padrão + 1 cabine + 3 área)	11
3	Medidor de Radiação - Geiger Müller	2
4	Smartphone	1
5	Pacote de dados atrelado ao Smartphone de no mínimo 25 GB	1
6	Calibração de Medidor de Radiação (anual)	2

5.5.1. Em conformidade com o disposto no Anexo V, item 2.9, alínea b.3, da IN SEGES/MP nº 5/2017, e jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU (Acórdãos nºs 966/2010, 2.373/2016 e 3.100/2021, ambos do Plenário) a proposta da licitante deverá cumprir as seguintes regras para cotação de equipamentos:

5.5.1.1 Apresentar tabela contendo as seguintes colunas: a) Descrição Detalhada do Material (para o caso concreto) e Equipamento; b) Quantitativo; c) Valor Unitário; d) Valor Total; e) Número de Meses para Depreciação; e f) Valor Mensal a ser Depreciado, conforme abas específicas da PCFP.

5.5.1.2 Na hipótese de a licitante não dispor dos dados completos da coluna "Descrição Detalhada do Material/Equipamento" quando da formulação de sua proposta, deverá, por ocasião do início da prestação dos serviços, apresentar novamente a tabela contendo marca, modelo, forma de uso (quando for o caso), além de outros dados solicitados pela fiscalização do contrato, sendo vedado aumentar os valores.

5.5.1.3 Os materiais/equipamentos constarão como itens específicos da Planilha de Custos e Formação de Preços – PCFP, sendo que suas descrições, quantidades, valores e prazo de vida útil estarão em abas específicas da PCFP, cujos resultados em Reais deverão ser aportados na PCFP, após análise das licitantes, podendo acrescentar itens, atualizar/reduzir valores etc.

5.5.1.4 Para o dado da coluna "Número de Meses para Depreciação", poderá ser utilizado, preferencialmente, o critério para fins fiscais contido na Instrução Normativa da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil nº 1.700, de 2017.

5.5.1.5 Os equipamentos não poderão ser cotados pelo valor de aquisição integral, mas apenas pelo valor equivalente à taxa de depreciação anual (exceto para aqueles cujo prazo de vida útil não seja superior a 1 (um) ano ou cujo custo unitário não seja superior a R\$ 1.200,00), conforme art. 313 do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda).

5.5.1.6 Não poderão ser apresentadas na tabela (e na planilha de custos) duas linhas em separado, uma contendo o valor relativo ao equipamento e outra contendo os custos referentes à depreciação, por se caracterizar bis in idem.

5.5.1.7 Os materiais/equipamentos aportados na PCFP serão de propriedade da Contratada e deverão ser disponibilizados para a prestação dos serviços, sendo que, após o encerramento do contrato, deverão ser retirados, exceto se forem doados para a Contratante, houver interesse público e aprovação do fiscal técnico e do gestor do contrato.

5.5.1.8 Os quantitativos e descrições dos materiais/equipamentos previstos pela Administração na PCFP foram baseados nos atualmente existentes nas instalações e nas necessidades apontadas pelos atuais fiscais do contrato em reuniões pelo Teams.

5.5.2. Em conformidade com o disposto no Anexo V, item 2.9, alínea b.3, da IN SEGES/MP nº 5/2017, deverão ser cumpridas as seguintes regras quanto à depreciação de materiais (para o caso desta licitação) e equipamentos:

5.5.2.1 Os materiais (para o caso desta licitação) e equipamentos não sofrerão repactuação para reajustamento no decorrer da execução contratual em razão de que já foram adquiridos no início do contrato e sofrem depreciação por legislação contábil específica, sendo que a variação no preço de mercado dos materiais e equipamentos não traz reflexos diretos ao bem já adquirido e a depreciação é apenas um critério utilizado para se realizar a remuneração do bem que será colocado em uso.

5.5.2.2 A cada ano do contrato e a cada prorrogação do prazo de vigência do contrato, ou em momento oportuno, será verificada ocorrência de depreciação integral do equipamento, quando então seu valor será excluído, exceto na hipótese de necessidade de sua renovação em face do prazo de vida útil e condições de operação.

5.5.2.2.1. Quando o bem for totalmente depreciado durante a execução do contrato, e não seja necessária sua substituição por outro equipamento novo, o fiscal técnico deverá comunicar ao gestor do contrato para fins de exclusão do valor na planilha de custos e formação de preços. O processamento da exclusão do valor poderá ser feito na prorrogação ou na repactuação ou, ainda, mediante apostilamento exclusivo, conforme conveniência da Administração, com os devidos ajustes de valores retroativos, se for o caso.

5.5.2.3 Quando o bem for totalmente depreciado e consumido durante a execução do contrato, de forma que seja necessária a substituição por outro equipamento novo, o aporte desse custo poderá considerar a perda da inflação no período. O valor considerado para depreciação deve levar em conta esse novo valor para esse bem.

5.5.2.4 O procedimento será acompanhado e aprovado pelo fiscal técnico do contrato, para fins de averiguação do motivo que deu causa à substituição.

5.5.2.5 Após a substituição, e contratado apresentar documento idôneo com a especificação e o valor do novo bem, havendo aprovação do fiscal técnico do contrato, o reajustamento dos preços do material/equipamento **será apurado mediante a comprovação, pelo contratado, da variação dos custos**, e obedecerá à fórmula do Decreto 1.054, de 1994, sendo que o item da fórmula denominado “Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada” será o valor inicialmente indicado para depreciação e deverá levar em consideração o período entre data da apresentação da proposta, ou da última substituição, conforme o caso, até o mês em que o bem foi substituído, tendo como limite o valor de aquisição do novo bem.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Os serviços serão contratados com base no quantitativo de postos de serviços e serão prestados em cada unidade onde se encontram os equipamentos, sendo que o dimensionamento do quantitativo de mão de obra necessário para a prestação dos serviços de operação de cada um dos equipamentos levará em consideração os regimes de operação em cada local, previstos neste Termo de Referência, bem como os dispositivos normativos que regem a atuação das categorias profissionais envolvidas diretamente na prestação dos serviços.

5.6.2. Os Regimes de Operação serão os seguintes:

CHUÍ - Operação 8h/dia, de segunda a sexta-feira		
TIPO DE POSTO	JORNADA POR POSTO	Nº DE POSTOS
Inspetor de Imagem I	8h48min/dia	2
Controlador de Tráfego II	8h48min/dia	1
SANTANA DO LIVRAMENTO - Operação 8h/dia, de segunda a sexta-feira		
TIPO DE POSTO	JORNADA POR POSTO	Nº DE POSTOS
Inspetor de Imagem I	8h48min/dia	2
Controlador de Tráfego II	8h48min/dia	1
SÃO BORJA - Operação 12h/dia, de segunda a sábado		
TIPO DE POSTO	JORNADA POR POSTO	Nº DE POSTOS
Inspetor de Imagem I	6h/dia	4
Controlador de Tráfego II	6h/dia	2
URUGUAIANA - Operação 12h/dia, de segunda a sábado		
TIPO DE POSTO	JORNADA POR POSTO	Nº DE POSTOS
Inspetor de Imagem I	6h/dia	4
Controlador de Tráfego II	6h/dia	2

Uniformes

5.7. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.7.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

UNIFORMES – por empregado		
Item	Descrição	Qtde. Anual
1	Calça de brim	3
2	Camisa PV com faixa refletiva	4
3	Jaqueta de frio (forrada) com faixa refletiva	1
4	Botina c/ biqueira PVC	1
5	Bota PVC	1
6	Capa de chuva	1
7	Calça em PVC	1
8	Óculos de proteção lente escura	1
9	Óculos de proteção lente clara	1
10	Bloqueador solar c/ repelente FPS30	4
11	Máscara PFF2	12
12	Protetor auditivo Plug	12
13	Luva de segurança nylon/PU - TAM G	1

5.8. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Previdência – MTP.

5.8.1. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

5.9. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.10. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato em todos os seus itens, concomitantemente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 6.15. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice II deste Termo de Referência para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.
- 6.16. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 6.17. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 6.18. O preposto deverá por assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- 6.19. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 6.20. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 6.21. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.22. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.23. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133/2021. (IN Seges/MP nº 05, de 2017 - art. 62)

6.24. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, § 2º, IN Seges/MP nº 05, de 2017)

6.25. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.26. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.27. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.28. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.29. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.30. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.31. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.31.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.31.1.1 **no primeiro mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:**

- 6.31.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- 6.31.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada;
- 6.31.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços; e

6.31.1.2 **entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):**

- 6.31.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- 6.31.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da Contratada;
- 6.31.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- 6.31.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.31.1.3 **entrega, quando solicitado pela Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:**

- 6.31.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;
- 6.31.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
- 6.31.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- 6.31.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- 6.31.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.31.1.4 **entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:**

- 6.31.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 6.31.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 6.31.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 6.31.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.31.2. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** acima deverão ser apresentados.

6.31.3. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.31.4. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a Contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.31.5. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.31.6. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.31.7. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.31.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscips) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.31.9. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.31.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.31.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.31.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.31.13. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.31.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à

Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.31.15. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.31.16. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.31.17. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a Contratante e os empregados da Contratada.

6.31.18. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.31.19. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.31.20. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.31.21. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022.

6.31.22. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.32. Haverá o desconto na fatura a ser paga pela Administração do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987. O mesmo procedimento deverá ser aplicado para o caso de pagamento de transporte por meio de vale-combustível, reembolso, fretamento e outros.

6.32.1. O quantitativo de vale-transporte ou valor do transporte excluído nas hipóteses citadas acima poderá ser reativado a partir do mês em que for demonstrada pela contratada sua necessidade.

6.33. Haverá desconto na fatura a ser paga pela Administração do valor global pago a título de vale-transporte e vale-alimentação em relação aos empregados que não trabalharam devido à redução/suspensão das atividades rotineiras, quando do não funcionamento do órgão ou entidade ou pelo expediente reduzido, a exemplo de recessos e pontos facultativos gozados pelos servidores, nos termos da Nota Técnica SEGES nº 66/2018. O mesmo procedimento deverá ser aplicado para o caso de interrupção temporária dos serviços por determinação da Administração, inclusive na hipótese de o transporte ser pago por meio de vale-combustível, reembolso, fretamento e outros.

6.34. Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos 6.33 e 6.34 também deverá ser descontada da fatura a incidência dos itens do Módulo 6 (Custos Indiretos, Lucros e Tributos) sobre os vales-transportes e/ou vales-alimentação descontados.

6.35. Conforme disposto no Anexo V - Diretrizes para Elaboração do PB ou TR, itens 2.6.” j” e “j.4” , da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, ficam disciplinadas as condições e as respectivas formas de cálculo para a glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando houver ausências não supridas nos postos de trabalho, quando o pagamento mensal pelo serviço prestado será devido após a incidência da respectiva glosa, que será calculada da seguinte forma:

6.35.1. Determinar o número de **dias úteis de trabalho do mês (DUM)**, que pode, dependendo da exigência contratual, considerar dias em sábados, domingos e feriados;

6.35.2. Determinar o número de **dias úteis não trabalhados** no posto de trabalho durante o mês (DUNT);

6.35.3. Multiplicar o valor mensal do posto de trabalho (VFPT) pelo resultado da relação entre o número de dias úteis não trabalhados no posto de trabalho durante o mês (DUNT) e o número de dias úteis de trabalho do mês (DUM).

GLOSA = VFPT x (DUNT/DUM)

Gestor do Contrato

6.36. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.37. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.38. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.39. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.40. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.41. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.42. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Apêndice II deste Termo de Referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados;

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. capacitação, uniforme/EPI, comportamento;

7.4.2. pontualidade e assiduidade; e

7.4.3. qualidade dos serviços.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, VII, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6. No prazo de 10 dias, contados do término do período mensal, a Contratada deverá encaminhar a documentação mensal comprobatória das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas previstas.

7.6.1. Mensalmente deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

a) Folhas de ponto;

b) Folha de pagamento;

c) Comprovante de depósito de salário;

d) Comprovante de pagamento de vale-transporte e de vale-alimentação;

e) Comprovante de pagamento de plano de saúde, se for o caso;

f) Comprovante de pagamento de cesta básica, se for o caso;

e) Demonstrativos da SEFIP; e

f) Comprovações de pagamento de FGTS e de INSS (comprovante de compensação, se for o caso).

7.6.2. A documentação acima referir-se-á ao mês imediatamente anterior ao da prestação do serviço a ser pago e deverá conter as informações de todos os funcionários alocados no contrato.

7.6.3. O envio da documentação mensal será considerado como comunicação de cobrança.

7.7. No prazo de 5 dias úteis, contados do término do período mensal, o fiscal técnico deverá elaborar relatório circunstanciado de recebimento provisório, analisando o cumprimento das exigências de caráter técnico, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.8. No prazo de 5 dias úteis, a partir do recebimento dos documentos da Contratada, o fiscal administrativo deverá elaborar relatório circunstanciado de recebimento provisório, analisando o cumprimento das exigências de caráter administrativo, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 7 dias úteis, contados do recebimento de todos os relatórios de recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Efetuar a medição do valor mensal devido, com base nas documentações, na análise dos relatórios dos fiscais e no IMR, e dar ciência à Contratada, concedendo prazo para a contestação de glosas e descontos.

7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pelo gestor do contrato.

7.9.5. Realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (Art 21, III, do Decreto nº 11.246, de 2022)

7.9.5.1 Na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, poderão ser consultados os sítios eletrônicos oficiais para verificação da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.9.5.2 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.9.5.3 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.9.5.4 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.9.5.5 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.9.6. Realizar consulta ao CEIS, ao Cadastro de Inidôneos e ao CNEP para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.

7.9.6.1 A consulta poderá ser realizada através da consulta consolidada de pessoa jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

7.9.7. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.9.8. Enviar a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. A contratada deverá emitir mensalmente 1 (um) documento de cobrança para cada município onde está instalado o equipamento, em face do Imposto sobre Serviços.

7.11. O fiscal setorial do contrato realizará o recebimento provisório em consonância com suas atribuições, que podem ser de natureza técnica e/ou administrativa.

7.12. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para fins de liquidação, na forma dos itens constantes desta seção de Liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, § 2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1. o prazo de validade;

7.23.2. a data da emissão;

7.23.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.23.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.23.5. o valor a pagar; e

7.23.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Prazo de pagamento

7.26. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **até 2 (dois) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme a seção de Liquidação anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.27. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização,

mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), **pro rata die**, de correção monetária.

Forma de pagamento

7.28. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.30.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando for o caso, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.32. As cessões de crédito não fiduciárias não serão permitidas.

7.33. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.34. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da Contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.35. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (IN SG/SED nº 53, de 2020 e Anexos).

7.36. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da Contratada.

Conta-Depósito Vinculada

7.37. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da Contratada, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/ME nº 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98/2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.38. Os custos estimados das tarifas bancárias são de responsabilidade da Contratada e correspondem aos valores estabelecidos na Tabela de Tarifas do Banco do Brasil S.A. (afixada nas agências do BB e disponível no endereço eletrônico na internet www.bb.com.br), podendo ser contemplados na proposta da licitante, nos custos indiretos, e devendo ser debitados dos valores depositados.

7.39. A futura Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.40. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.41. A Contratada autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

7.42. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MPDG nº 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.42.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.42.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.42.3. Multa sobre o FGTS para as rescisões sem justa causa; e

7.42.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.42.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

7.43. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.44. Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.45. A Contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.46. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.47. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.48. A Contratada deverá apresentar à Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.49. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

7.50. Registre-se, para informação, que esta Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal firmou Termo de Cooperação Técnica (em vigência) com o Banco do Brasil S.A. para fins de operacionalização da Conta-Depósito Vinculada.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá a licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual, quando for o caso:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- 8.5. **Microempreendedor Individual – MEI, quando for o caso:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual, quando for o caso, que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.19. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.20. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.20.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.20.2. capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;
- 8.20.3. patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
- 8.20.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.20.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.21. Declaração da licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante de Anexo do Edital de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido da licitante, observados os seguintes requisitos:
- 8.21.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- 8.21.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, a licitante deverá apresentar justificativas.
- 8.22. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).
- 8.23. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 8.24. Declaração de que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo anexo ao edital.
- 8.24.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, no mesmo anexo citado no item anterior.

Qualificação Técnico-Operacional

- 8.25. Comprovação de aptidão para execução de serviço objeto desta licitação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.26. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.26.1. Deverá haver a comprovação que a licitante tenha executado ou esteja executando **prestação de serviços de operação de equipamentos de raios X para inspeção de unidades de carga e/ou bagagem, com dedicação exclusiva de mão de obra;**

8.26.2. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de **1 (um) ano** na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de o período ser ininterrupto;

8.26.3. Comprovação que já executou contrato(s) com no **mínimo 9 (nove) postos**, ou seja, 50 % (cinquenta por cento) do quantitativo total de postos a serem contratados (para os fins deste subitem, entende-se número de postos igual a número de colaboradores/empregados, independente da carga horária);

8.26.4. O modelo de Atestado em anexo ao Edital é meramente exemplificativo, podendo, cada licitante, elaborar seu próprio Atestado, desde que dele conste os dados considerados essenciais para sua validade, especialmente o **OBJETO, PERÍODO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO e a QUANTIDADE EMPREGADOS/COLABORADORES/POSTOS**.

8.26.5. A finalidade dessa exigência é a comprovação de capacidade em recrutar e gerir um quantitativo mínimo de mão de obra, no caso **9 (nove) postos**, pertinente e compatível com o objeto da licitação.

8.26.6. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5, de 2017.

8.27. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5, de 2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.28. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.29. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.30. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.31. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.32. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

8.33. A justificativa para que os atestados de capacidade técnico-operacional se refiram a prestação de serviços de operação de equipamentos de raios X para inspeção de unidades de carga e/ou bagagem, deve-se ao fato da especialidade da atividade que exige licença da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, supervisores qualificados pela CNEN, cursos específicos para os Operadores de Escâneres, Plano de Proteção Radiológica, conforme itens 5.4.6 a 5.4.8 deste Termo de Referência. Cabe registrar que o objeto desta licitação não se confunde somente com o gerenciamento de mão de obra de serviços terceirizados comuns como: limpeza, copeiragem, motorista etc.

8.34. Fica esclarecido que o(s) atestado(s) não necessita(m) se referir obrigatoriamente à operação do equipamento escâner móvel, marca NUCTECH, modelo MT1213LH, haja vista que o(s) atestado(s) poderá(ão) tanto se referir à operação de equipamentos de raios X para inspeção de unidades de carga como de bagagem.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.900.484,96 (dois milhões, novecentos mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos)**, conforme tabela abaixo:

9.2. O preço de referência foi definido e documentado com base em pesquisa de preços realizada nos termos da IN Seges nº 65/2021, conforme documentação contida neste processo (documentos nos 34 a 45):

Grupo	Item	Unidade de localização do equipamento	Preços Estimados (R\$)	
			Mensal	Global para 2 (dois) anos
1	1	Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Chuí – IRF/CHU.	20.504,08	492.097,92
	2	Alfândega da Receita Federal do Brasil em Santana do Livramento – ALF/SLV.	24.112,16	578.691,84
	3	Inspetoria da Receita Federal do Brasil em São Borja – IRF/SBA.	39.214,34	941.144,16
	4	Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana – ALF/URA.	37.022,96	888.551,04
PREÇOS TOTAIS ESTIMADOS (R\$)			120.853,54	2.900.484,96

9.3. **Os preços máximos admitidos para a contratação do objeto serão os mesmos apresentados como preço global estimado para 2 (dois) anos, para cada item individualmente considerado dentro do grupo.**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 00001/170177

Fonte de Recursos: 1032000000

Programa de Trabalho: 04.125.0032.2237.0001

Elemento de Despesa: 3390-39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Plano Interno: EQDETECCAO

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. JUSTIFICATIVAS QUANTO ÀS VEDAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL

11.1. Justificativas para a Vedação à Participação de Empresas Constituídas em Forma de Consórcios

11.1.1. O artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021, permite a vedação de participação de empresas reunidas em consórcio, desde que devidamente justificado no processo, conforme abaixo:

- a) É recomendável a autorização para a participação de empresas reunidas em consórcio quando essa medida resultar na ampliação da competição, o que geralmente ocorre quando o objeto a ser licitado apresenta elevado valor (geralmente quando há obrigatoriedade de realizar audiência pública) ou complexidade, como, por exemplo, a construção de uma usina hidroelétrica, em que, se não for permitida a participação de consórcios, restringir-se-ia a competição, na medida que, por hipótese, somente 1 ou 2 empresas individualmente consideradas teriam condições de executar a obra.
- b) Ao contrário, a permissão para a constituição de empresas reunidas em consórcio, para o caso concreto em análise, em que no mercado atuam poucas empresas, poderia restringir a competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluios/cartéis para manipular os preços nas licitações.
- c) Conforme Acórdão TCU nº 1316/2010 – Primeira Câmara, item 1.5.1.1, deve-se abster de vedar, sem justificativa razoável, a participação de empresas em consórcio, de modo a restringir a competitividade do certame. Porém, lendo-se integralmente o Acórdão (Relatório do Ministro Relator e Voto do Ministro Relator), constata-se que o caso concreto analisado se revestiu de vulto e complexidade, conforme itens 27 e 28 do Relatório, abaixo transcritos:

27. Em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

28. No entanto, se as circunstâncias concretas indicarem que o objeto apresenta vulto ou complexidade que tornem restrito o universo de possíveis licitantes, fica o Administrador obrigado a prever a participação de consórcios no certame com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa. Neste sentido ainda os Acórdãos TCU 1.094/2004 – Plenário e 22/2003 – Plenário.

11.1.2. Assim, em face do acima exposto, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

11.2. Justificativas para a Vedação à Participação de Sociedades Cooperativas

11.2.1. As sociedades cooperativas não poderão participar da presente licitação, devido ao objeto desta licitação enquadrar-se na previsão do caput e § 1º da Cláusula Primeira do Termo de Conciliação Judicial celebrado entre o Ministério Público e a União (processo 01082-2002-020-10-00-0), em 06/06/2003, homologado judicialmente na 20ª Vara do Trabalho, no Distrito Federal, cuja cópia encontra-se disponível nesta repartição. O Termo acima referido, bem como os Acórdãos do TCU nº 1.864/2021 e nº 610/2021, ambos do Plenário, vedam a contratação de trabalhador, pela União, por meio de cooperativas de mão de obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demanda execução em estado de subordinação em relação ao prestador dos serviços, tal como no serviço objeto da presente licitação,

que requer, para que não seja caracterizada relação de emprego entre a licitante vencedora e os executores do serviço:

- a) pessoalidade, pois não devem os trabalhadores ser substituídos todos os dias, o que tornaria impraticável a execução dos serviços, em razão de necessidade de conhecimento, por exemplo, da sistemática de prestação dos serviços (conhecimento do tipo de mercadorias a serem identificadas nos contêineres/veículos, imprescindível para atuação da fiscalização aduaneira); e
- b) habitualidade, ou seja, cumprimento do horário de trabalho.

11.2.2. A vedação de participação de sociedades cooperativas em licitações, cujos objetos se enquadrem nos serviços elencados na Cláusula Primeira do Termo supra referido, foi confirmada no âmbito do Ministério da Fazenda pelo Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN nº 1.151/2014.

11.2.3. A vedação de participação de sociedades cooperativas em licitações também foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, todas no sentido de vedação de participação de cooperativas que afrontem o Termo de Conciliação Judicial mencionado acima, conforme abaixo:

AgRg no REsp 947.300/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/12/2008;

AgRg no REsp 960.503/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/09/2009;

REsp 1.185.638/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/09/2010;

RMS 25.097/GO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/12/2011;

REsp 1.204.186/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/10/2012;

STJ - AgInt no RMS: 42046 AC 2013/0105664-0, Data de Julgamento: 02/05/2022, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/05/2022.

11.2.4. O Tribunal de Contas da União – TCU, ao consolidar seu entendimento sobre o assunto emitiu, em julho de 2012, a Súmula nº 281, abaixo transcrita:

É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

11.2.5. A Lei nº 12.690/2012, que dispõe sobre a organização e funcionamento das Cooperativas de Trabalho, criou duas regras, uma permitindo a participação de cooperativas em licitações e outra vedando, sendo que o caso concreto se enquadra na vedação conforme previsto no art. 5º transcrito abaixo:

Art. 5º - A Cooperativa de Trabalho não pode ser utilizada para intermediação de mão de obra subordinada.

11.2.6. A IN Seges/MPDG nº 5, de 2017, com aplicação no âmbito da Lei nº 14.133, de 2021, em face da IN Seges/ME nº 98, de 2022, que dispõe sobre regras e diretrizes para contratação de serviços, continuados ou não, no âmbito do Governo Federal, em seu art. 10º, inciso I, em reforço ao todo acima exposto, dispõe:

Art. 10º A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar:

I – a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados;

11.2.7. Fica claro que as atividades previstas na descrição das atividades demandam a existência de vínculos de emprego/subordinação/hierarquia dos profissionais com a pessoa jurídica contratada, bem como exigem os elementos de habitualidade (cumprimento de jornada) e pessoalidade, como determinado no Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU de nº 2.221/2013, do Plenário, ou seja, posterior a edição da Lei 12.690/2012, abaixo transcrito:

9.3 Determinar à Transpetro que se abstenha de prorrogar o Contrato 4600006074, firmado com a Copenavem, e, caso necessária a continuidade da prestação de serviços nele previstos, promova, tempestivamente, a abertura de novo procedimento licitatório, assegurando-se que suas cláusulas impeçam a participação de cooperativas quando houver necessidade de subordinação ou cumprimento de jornada.

11.2.8. Para o caso concreto, constam neste Termo de Referência, exigência de cumprimento de horário, bem como de certa pessoalidade, pois que não há como haver a substituição, todos os dias, do cooperado, pois que a atividade demandará conhecimento das atividades dos locais de prestação de serviços e das atividades a serem desenvolvidas, o que somente ocorrerá após algum tempo na atividade, bem como a sua permanência no posto de trabalho, ou seja, a gestão operacional do serviço não poderá ser executada de forma compartilhada ou em rodízio. Uma elevada rotatividade seria altamente prejudicial ao desenvolvimento das atividades.

11.2.9. Não existe, no caso concreto, a menor possibilidade de realização das atividades com autonomia pelo cooperado. A participação de cooperativas de trabalho em licitações somente é permitida quando as atividades licitadas puderem ser desempenhadas de forma coletiva pelos seus associados, com absoluta autonomia, o que, claramente, não é o caso concreto, restando prejudicada, portanto, por seu intermédio, a contratação de serviços a serem prestados mediante a cessão de mão de obra subordinada.

11.2.10. Em face do exposto, constata-se que a Lei nº 12.690/2012 não se contrapõe ao disposto no Termo de Conciliação Judicial e na Súmula nº 281 do TCU, conforme entendimento exposto no PARECER nº 2/2023/DECOR/CGU/AGU.

11.2.11. Ao contrário, referido ato legal vem corroborar com a recomendação já realizada no sentido de que seja previsto, expressamente, nos editais, vedação quanto à participação de cooperativas em certames cujo objeto envolva atividade que demande a existência de vínculos de emprego/subordinação dos profissionais alocados para a execução do objeto com a pessoa jurídica a ser contratada (cooperativa), e ainda que necessitem dos elementos da habitualidade e pessoalidade, a exemplo do rol constante da Cláusula Primeira do referido termo, já que neles há a presunção de subordinação entre os profissionais alocados para a execução dos serviços e a cooperativa.

12. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO ÍNDICE DE REAJUSTAMENTO PARA REPACTUAÇÃO DOS CUSTOS DECORRENTES DO MERCADO (UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS)

12.1. A nota explicativa constante na Minuta Padrão “Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico - Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021. - Atualização: maio/2023”, ao tratar do reajustamento, por meio da aplicação de índices, especificamente em relação à parcela da contratação cujos custos não estejam relacionados à mão de obra, isto é, à parcela dos insumos necessários à execução dos serviços, cuja variação de custos decorra do mercado, em seu item 7.9. dispõe que qualquer que seja o índice utilizado, a Administração deverá justificar sua escolha.

12.2. Como para o presente objeto não existe um índice setorial ou específico correlacionado diretamente com os custos dos insumos necessários à prestação dos serviços, será adotado o reajustamento pelo **índice IPCA/IBGE**, pois é o índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil.

13. REGRAS ADOTADAS PARA A ESCOLHA DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, DOS SALÁRIOS ESTIMADOS, DO PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS DIURNAS E DE VIAGENS PARA AUDITORIA

13.1. DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO ADOTADO

13.1.1. A elaboração das planilhas de custo e formação de preços foi baseada, nas partes aplicáveis, nos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) celebrados pelas empresas do ramo com o Sindicato Nacional dos Empregados em Fontes Magnéticas e Ionizantes (SINDFONTES), cujos valores adotados são referenciais, **sendo que cada empresa poderá ofertar suas propostas baseadas em outros Acordos Coletivos de Trabalho ou Convenções Coletivas de Trabalho a que estejam vinculadas.** Especificamente foi adotado o ACT entre o SINDFONTES e a empresa VMIS, eis que na mesma constam as funções e os respectivos salários, diferentemente do ACT entre o SINDFONTES e a empresa EBCO, em que não constam as funções nem os salários.

13.1.2. Na proposta apresentada, a licitante deverá indicar em qual CCT/ACT que se baseou para preencher a Planilha de Custos e Formação de Preços.

13.1.3. Qualquer reajuste de salário ou aumento de qualquer outro benefício a ser pleiteado durante o prazo de vigência do Contrato deverá estar em consonância com a CCT/ACT indicada na sessão do pregão e que tenha sido a fonte para preenchimento da sua Planilha de Custos e Formação de Preços e formulação da sua proposta, com a legislação pertinente e com as disposições do Edital e do Contrato, inclusive para fins de repactuação e revisão de preços.

13.1.4. Na hipótese de ser disponibilizada nova CCT/ACT entre a data da divulgação do edital e a data da realização da Sessão do Pregão, a licitante deverá preencher sua planilha de custos e formação de preços e formular sua proposta com os valores da nova CCT/ACT, em face da possibilidade de participação de empresas vinculadas a diversas CCTs/ACTs, para fins de preservar o princípio da economicidade e o da isonomia.

13.2. DOS SALÁRIOS ESTIMADOS DOS POSTOS DE TRABALHO

13.2.1. Os salários profissionais referenciais adotados são os seguintes:

- a) Inspetor de Imagem I (CBO 3172-05) com salário referencial de R\$ 1.922,47 (um mil, novecentos e vinte e dois reais e quarenta e sete centavos), considerando uma jornada de 220h/mês, devendo aplicar-se a devida proporcionalização conforme a jornada adotada no local de prestação do serviço;
- b) Controlador de Tráfego II (CBO 3423-10) com salário referencial de R\$ 1.771,98 (um mil e setecentos e setenta e um reais e noventa e oito centavos), considerando uma jornada de 220h/mês, devendo aplicar-se a devida proporcionalização conforme a jornada adotada no local de prestação do serviço;

13.2.2. A data-base referencial adotada para as categorias profissionais é 1º de maio, sendo que deverá ser considerada outra data-base no caso de a licitante estiver vinculada a outro instrumento coletivo.

13.2.3. As CBOs utilizados foram informados pela empresa VMIS, porém, a licitante vencedora poderá utilizar a CBO da CCT/ACT a que estiver vinculado, ou seu plano de cargos e salários.

13.3. DO PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS (DIURNAS) E DA QUANTIDADE ESTIMADA DE HORAS EXTRAS MENSAIS POR POSTO DE TRABALHO

13.3.1. A ocorrência de horas extras está prevista somente para os postos de trabalho que atuarão nos equipamentos localizados nos municípios de São Borja e Uruguai, a serem prestadas nos dias de feriados, mantendo-se a mesma jornada de trabalho, exceto nos feriados de 1º de janeiro, Sexta-Feira Santa (Sexta-Feira da Paixão), 1º de maio e 25 de dezembro.

13.3.1.1 Conforme documento nº 32, estão previstos anualmente 12 (doze) feriados no município de Uruguai. Excluindo-se os 4 (quatro) feriados mencionados acima, quando não haverá prestação dos serviços, serão aportadas horas extras relativas a 8 (oito) feriados anuais na planilha de custos e formação de preços, as quais somente serão pagas mediante a comprovação da efetiva prestação dos serviços.

13.3.1.2 Conforme documento nº 31, estão previstos anualmente 12 (doze) feriados no município de São Borja. Excluindo-se os 4 (quatro) feriados mencionados acima, quando não haverá prestação dos serviços, serão aportadas horas extras relativas a 8 (oito) feriados anuais na planilha de custos e formação de preços, as quais somente serão pagas mediante a comprovação da efetiva prestação dos serviços.

13.3.2. O número de horas extras a ser cotado nas propostas foi estimado pela Administração apenas para equalizar as propostas, considerando o nº de 6 (seis) horas extras diurnas, para cada posto, totalizando 12 (doze) horas extras, para cada um dos 8 (oito) feriados estimados para os postos que atuarão no município de Uruguaiana e o nº de 6 (seis) horas extras diurnas, para cada posto, totalizando 12 (doze) horas extras, para cada um dos 8 (oito) feriados estimados para os postos que atuarão no município de São Borja. É obrigatória a cotação desse número de horas extras na planilha de custos e formação de preços por todas as licitantes, conforme planilha preenchida pela Administração.

13.3.3. Ocorrendo tais demandas, a Contratante arcará com o ônus de dispensar a execução dos serviços em outros dias, como simples compensação de horas, sem descontinuar a prestação dos serviços, ou de pagar as despesas inerentes às horas extras efetivamente trabalhadas.

13.3.4. Quando da ocorrência de horas extras durante a execução contratual, o pagamento será efetuado por meio da apresentação de Nota Fiscal específica, ou, desde que discriminado, na Nota Fiscal mensal referente ao preço global fixo do Contrato. Para o cálculo das despesas efetivamente realizadas com horas extras, e seus reflexos, deverá ser utilizada a mesma Planilha de Custos e Formação de Preços que a licitante vencedora apresentou em sua proposta, **desconsiderando** o Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários (exceto o auxílio transporte e o auxílio alimentação, se for o caso, devidamente comprovado), o Módulo 3 – Provisão para Rescisão, o Módulo 4 – Custo de Reposição do profissional ausente, o Módulo 5 – Insumos Diversos e **somente** o Item “Lucro” do Módulo 6 – Custos Indiretos, Lucro e Tributos.

13.4. DA NÃO VINCULAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO A DETERMINADAS DISPOSIÇÕES DE CCT/ACT

13.4.1. A Administração não se vincula às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (§ 1º do art. 135 da Lei 14.133, de 2021)

13.4.2. É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública. (§ 2º do art. 135 da Lei 14.133, de 2021)

13.5. DO PAGAMENTO DO ITEM AUDITORIA, SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO DE OPERAÇÃO – MÓDULO 5 DA PLANILHA DE CUSTOS

13.5.1. Quanto ao item "D - Auditoria, supervisão e coordenação de operação (auditoria, processo de supervisão, coordenação de operação, diárias, passagens aéreas, locação de veículos)", do Módulo 5 da planilha de custos, em que as atividades não são realizadas mensalmente, a contratada deverá comprovar as despesas efetivamente realizadas para fins de pagamento pela Administração, até o valor máximo ofertado por viagem (por empregado) e na quantidade estimada máxima de viagens. **Sobre essa despesa incidirá somente Custos Indiretos e Tributos.** Assim, o valor deste item de custo não comporá o valor a ser pago mensalmente pela prestação dos serviços.

14. APÊNDICES AO TERMO DE REFERÊNCIA

APÊNDICE I – ESTUDOS PRELIMINARES

APÊNDICE II – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

Porto Alegre, *(datado digitalmente)*.

ALINE PEREIRA DENARDIN MARIOTTI
ATRFB - Matr. 1291618
Membro da Equipe de Planejamento
(assinatura digital)

ALEXANDRE JUNIOR BRUGNARA
ATRFB - Matr. 1293685
Membro da Equipe de Planejamento
(assinatura digital)



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Número do Processo: 11000.727428/2022-33

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Para que se entendam as razões que sustentam a imprescindibilidade da contratação dos serviços de operação dos equipamentos, necessário se faz conhecer a forma de atuação da Administração Aduaneira integrante da estrutura funcional da RFB.

2.2. As administrações aduaneiras são tradicionalmente órgãos de Estado especializados e responsáveis pela fiscalização e controle do fluxo internacional de bens, mercadorias, veículos e pessoas, sendo importante destacar que o controle aduaneiro contribui para um conjunto cada vez mais amplo de interesses tutelados, dentre os quais se incluem:

- Regulação econômica: a aplicação de proteção tarifária a produtos importados e controle de inflação, a arrecadação de tributos aduaneiros, o fomento ao desenvolvimento mediante a utilização de Regimes Aduaneiros Especiais e Aplicados em Áreas Especiais e a fiscalização contra a evasão de divisas;
- Controle na movimentação de bens danosos ao meio ambiente e proteção à fauna e flora nacionais: combate ao comércio irregular de produtos danosos e de espécies protegidas; e
- Proteção à sociedade: combate ao contrabando e ao descaminho.

2.3. Cumpre esclarecer que, além de garantir efetividade no combate aos ilícitos e infrações associados às agendas relacionadas acima, os controles aduaneiros não devem constituir obstáculos ao comércio lícito de bens e mercadorias, necessário ao desenvolvimento econômico e industrial.

2.4. Por esta razão, os controles aduaneiros são desenvolvidos com base em técnicas de gerenciamento de riscos e estão fundamentados nos princípios de transparência, previsibilidade e agilidade, para reduzir os custos operacionais e aumentar a competitividade da indústria nacional.

2.5. Para a atuação eficaz da aduana brasileira no exercício de todas as suas atribuições, com a utilização eficiente de recursos, visando um adequado modelo de controle aduaneiro que permita a ação predominante em operações de maior risco e a agilização de operações regulares, são necessárias adequadas estruturas físicas, logística e organização de recursos humanos.

2.6. Por determinação legal, o processamento de todo o fluxo regular de comércio exterior do País se dá em locais e recintos alfandegados localizados em aeroportos, portos ou pontos de fronteira.

2.7. Nunca é demais lembrar que o Brasil é um País de dimensões continentais e que a entrada de mercadorias provenientes do exterior ou a ele destinadas somente pode ocorrer em portos, aeroportos ou pontos de fronteira em que haja a presença de estrutura alfandegária, para a realização do controle aduaneiro.

2.8. Evidente que apesar do gigantismo do desafio de manter a segurança aduaneira em situações de rotina, essa atuação não pode vir a se constituir em obstáculo para o projeto de inserção competitiva do País no cenário internacional e nem em fragilização dos controles de fronteira.

2.9. Por isso, deve ser estruturada uma estratégia voltada para a garantia da normalidade das operações comerciais de interesse do País, a fim de permitir a continuidade operacional das atividades aduaneiras em paralelo com o do fluxo de viajantes procedentes do exterior ou a ele destinado.

2.10. O controle aduaneiro deve ser feito sem prejuízo dos níveis de segurança vinculados para impedir a ocorrência de movimentação ilícita de artefatos que possam causar distúrbios à ordem pública, em decorrência da existência de pontos frágeis no território aduaneiro.

2.11. O controle aduaneiro realizado pela RFB, que tem abrangência mais ampla do que apenas a matéria fiscal e tributária, proporciona, desta forma, a garantia de proteção à sociedade e à economia nacional, nos

campos da saúde pública, segurança pública, meio ambiente, patrimônio histórico, propriedade intelectual e segurança fito e zoo sanitária.

2.12. Cabe destacar que, no que diz respeito à atividade aduaneira, é impossível dissociar os aspectos de controle dos aspectos comerciais.

2.13. A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) dispõe de equipamentos de raios X para inspeção de unidades de carga e veículos, do tipo escâneres móveis, dos quais 4 (quatro) se encontram instalados em unidades administrativas subordinadas à SRRF10, no Estado do Rio Grande do Sul.

2.14. Os serviços de operação desses equipamentos são prestados atualmente mediante contrato em vigência até o dia 9 de novembro de 2023.

2.15. Em face disso, faz-se necessária a realização de nova contratação através de procedimento licitatório.

2.16. Desta forma, conclui-se que os serviços de operação dos equipamentos de raios X são considerados essenciais para que a RFB possa desempenhar suas atividades institucionais, no que se refere ao controle de ingresso, egresso e circulação de bens e mercadorias em fronteiras, de forma mais abrangente e segura, ao elevar a percepção de risco e a presença fiscal, aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros e fortalecer a vigilância e repressão aduaneira.

2.17. Conforme § 7º do artigo 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências, a Administração deve terceirizar as atividades que não sejam finalísticas, conforme abaixo transcrito:

§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, **recorrendo, sempre que possível, à execução indireta**, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução. (grifamos)

2.18. Registre-se que os serviços serão prestados por mão de obra especializada, como analisador de imagens e Supervisor de Proteção Radiológica, que não são disponíveis nos quadros funcionais da RFB, conforme normas legais emitidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear-CNEN ou Autoridade Nacional de Segurança Nuclear – ANSN, em face da Lei nº 14.222, de 2021, mais precisamente do disposto nos artigos 6º e 8º. Inclusive, há que se ter licença de operação da CNEN/ANSN para o local de operação dos escâneres de grande porte.

2.19. A presente contratação está alinhada aos objetivos previstos no Planejamento Estratégico da RFB, nos seguintes aspectos:

FORTALECER A LOGÍSTICA APLICADA ÀS OPERAÇÕES VIGILÂNCIA, REPRESSÃO E A GESTÃO DE MERCADORIAS APREENDIDAS

AMPLIAR O COMBATE A ILÍCITOS TRIBUTÁRIOS E ADUANEIROS

AMPLIAR A SEGURANÇA E AGILIDADE NO COMÉRCIO EXTERIOR

2.20. Por todo o exposto acima, faz-se necessária a contratação para a execução indireta dos serviços em comento em face da impossibilidade de realização dos serviços por servidores da RFB da 10ª Região Fiscal.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Divisão de Programação e Logística da 10ª RF – Dipol
Responsável	André Luís Souza da Silva - Chefe da Dipol

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. São os seguintes os requisitos necessários e suficientes à escolha da solução:

4.1.1. Os equipamentos de raios X disponíveis, da marca NUCTECH, modelo MT1213LH, tem por objetivo a inspeção de unidades carga do tipo contêiner e veículos e, para operá-los, se faz necessária a contratação de prestação desses serviços.

4.1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de operação de equipamentos de raios X, pois possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de

especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como serviços comuns, nos termos dos incisos XIII e XLI do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021. Assim, tais serviços podem ser licitados na modalidade pregão, na forma eletrônica, como feito com os contratos anteriores a este vigente atualmente.

4.1.3. Os serviços serão contratados com base na necessidade de cada unidade onde se encontram alocados os equipamentos de raios X, observadas as suas peculiaridades, periodicidade e condições de cada local.

4.1.4. O dimensionamento do quantitativo de mão de obra necessário para a prestação dos serviços de operação de cada um dos equipamentos deverá levar em consideração os regimes de operação em cada local, previstos neste Estudo, bem como os dispositivos normativos que regem a atuação das categorias profissionais envolvidas diretamente na prestação dos serviços.

4.1.5. A prestação de serviços de operação de equipamentos de raios X, com utilização de mão de obra com dedicação exclusiva, deve ser realizada de acordo com as normas estabelecidas pela CNEN/ANSN, no que diz respeito à operação de instalação aberta; e conforme a Lei nº 7.394, de 1985, no que diz respeito aos profissionais contratados, cumprindo-se, ainda, as determinações da Administração.

4.1.6. Regimes de operação: os serviços de operação de cada instalação aberta deverão ser prestados em observância à legislação trabalhista brasileira e às normas da CNEN/ANSN, nos seguintes regimes de operação:

a) Regime I – 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sendo 8h48min (oito horas e quarenta e oito minutos) por dia de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário a ser definido pela fiscalização do contrato previamente ao início da prestação dos serviços, compreendido no período entre 7 e 22 horas, com intervalo para descanso e alimentação (sem substituição) entre uma jornada (turno) de trabalho e outra, em conformidade com a legislação vigente;

b) Regime II – 72 (setenta e duas) horas semanais, sendo 12 (doze) horas por dia de segunda a sábado, inclusive feriados [exceto 1º de janeiro, Sexta-Feira Santa (Sexta-Feira da Paixão), 1º de maio e 25 de dezembro], a serem prestados no horário entre 7 e 22 horas, com intervalo para descanso e alimentação (sem substituição) entre uma jornada de trabalho e outra, em conformidade com a legislação vigente.

4.1.7. Localização dos equipamentos de raios X e Regimes de Operação:

Unidade de localização do equipamento	Endereço do local de operação do equipamento	Jornada de trabalho	Regime de Operação
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em São Borja – IRF/SBA.	Centro Unificado de Fronteira – CUF – BR-285, km 551 – São Borja – RS.	12h de segunda-feira a sábado	II
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Chuí – IRF/CHU.	BR-471, km 650, Chuí – RS, CEP 96.255-000.	8h48min de segunda-feira a sexta-feira	I
Alfândega da Receita Federal do Brasil em Santana do Livramento – ALF/SLV.	Rodovia BR-158, km 559, Porto Seco Rodoviário, Santana do Livramento – RS.	8h48min de segunda-feira a sexta-feira	I
Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana – ALF/URA.	Rodovia BR-290, km 724, Uruguaiana – RS, CEP 97.502-008.	12h de segunda-feira a sábado	II

4.1.8. Os intervalos para descanso e refeição (sem substituição), a serem gozados conforme prevê a legislação de regência, serão concedidos pela contratada aos seus empregados sem prejuízo da quantidade diária de horas da prestação dos serviços.

4.1.9. Os horários e dias de trabalho definidos nos regimes serão flexíveis, de acordo com as necessidades da Administração, atendidas as exigências da legislação trabalhista.

4.1.10. Serão suportados pela contratada e de sua responsabilidade todos os custos necessários à prestação dos serviços de operação, bem como todos os materiais, equipamentos, uniformes, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, transporte, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constante da proposta.

4.1.11. A contratada ficará responsável, também, por todas as providências necessárias à obtenção de autorização e/ou permissão da CNEN/ANSN (exceto pelo pagamento das taxas definidas abaixo), para que as instalações abertas estejam em condições de iniciarem os trabalhos de operação.

4.1.11.1. As taxas de licenciamento, controle e fiscalização de materiais nucleares e radioativos e suas instalações - TLC (Objeto: Instalações), devidas à CNEN/ANSN, bem como de eventuais renovações, conforme a ocorrência dos atos referidos na alínea "n", do Anexo II, da Lei nº 14.222, de 2021, serão pagas pela Administração, após a apresentação da Guia de Recolhimento da União – GRU pela contratada.

4.1.11.2. Esse custo não será inserido na planilha de custos e formação de preços da Administração e não deverá ser aportado pela licitante em sua proposta.

4.1.11.3. As normas que disciplinam o licenciamento e a cobrança são: Lei nº 14.222, de 2021, e Norma CNEN NN 6.02.

4.2. Definição e Justificativas da natureza continuada do serviço:

4.2.1. Os serviços de operação de 4 (quatro) equipamentos de raios X, do tipo escâner móvel, utilizados para inspeção de unidades de carga do tipo contêiner e veículos, visam atender à necessidade da RF10 de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, proporcionando integridade e segurança ao funcionamento das atividades finalísticas da RFB, de modo que, mantida sua indisponibilidade, poderá comprometer a prestação de serviço público e o cumprimento da missão institucional do Órgão. Assim a prestação do serviço deverá ser contínua de modo a atender as demandas da RF10.

4.3. Definição das produtividades adotadas:

4.3.1. Os serviços serão contratados com base no quantitativo de postos de serviços e serão prestados em cada unidade onde se encontram os equipamentos, sendo que, como já foi dito, o dimensionamento do quantitativo de mão de obra, necessário para a prestação dos serviços de operação de cada um dos equipamentos, levará em consideração os regimes de operação em cada local, previstos neste Estudo, bem como os dispositivos normativos que regem a atuação das categorias profissionais envolvidas diretamente na prestação dos serviços.

4.3.2. A contratada deverá informar na sua planilha de custos e formação de preços, para cada local de prestação dos serviços, o número de postos de trabalho a serem utilizados, bem como a jornada diária e semanal de cada um desses postos.

4.4. Crítérios e práticas de sustentabilidade:

4.4.1. O art. 5º, **caput**, bem como o art. 11, IV, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, referem-se à promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

4.4.2. Nesse contexto, a Portaria MF nº 507/14 assim dispõe:

Art. 1º Nas aquisições e contratações promovidas pelo Ministério da Fazenda deverão ser observadas:

I - a preferência por fornecedores e produtos comprovadamente de menor impacto ambiental; e

II - justificativa e especificações técnicas socioambientais, de forma a atender ao interesse da Administração Pública, de preservação do meio ambiente e do bem-estar social.

4.4.3. Para o objeto desta licitação, vislumbra-se a inclusão de critérios socioambientais que o mercado já atende, conforme permitido no parágrafo único do art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010:

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.

4.4.4. Desse modo, na presente contratação deverá constar no Instrumento de Contrato, a seguinte obrigação da contratada:

“Atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.”

4.5. Duração inicial do contrato de prestação de serviços:

4.5.1. O prazo inicial de vigência do contrato de prestação de serviços continuados, com utilização de mão de obra com dedicação exclusiva, de operação de 4 (quatro) equipamentos de raios X, do tipo escâner móvel, marca Nuctech, modelo MT1213LH, utilizados para inspeção de unidades de carga do tipo contêiner e veículos será de 2 (dois) anos em razão das seguintes justificativas:

4.5.1.1. O disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, abaixo transcritos:

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

....

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

4.5.1.2. Os serviços serão prestados por mão de obra especializada, como Analisador de Imagens e Supervisor de Proteção Radiológica, que não são disponíveis nos quadros funcionais da RFB, conforme normas legais emitidas pela CNEN/ANSN.

4.5.1.3. Não é conveniente para a RFB que haja alta rotatividade da mão de obra, que é especializada e que, quanto mais experiente, mais torna a fiscalização efetiva. Também não é conveniente alta rotatividade de empresas prestadoras dos serviços, tudo em face do objeto da contratação.

4.5.1.4. Há que se registro e licença de operação da CNEN/ANSN (concedida inicialmente para 3 anos e após renovação anual) para o local de operação dos escâneres de grande porte, o que demanda tempo e de elevado valor.

4.5.1.5. Quanto maior o prazo de vigência do contrato, maior é a segurança das empresas para ofertar seus preços, tendo em vista a estabilidade que lhes é oferecida no negócio. Com isso, é esperado um aumento da concorrência, com a expectativa de melhores preços e a participação de empresas mais bem qualificadas para prestar os serviços.

4.5.1.6. Propicia vantagem econômica na medida em que as licitantes se dispõem a reduzir o preço quando o prazo do contrato é superior a 1 ano, em face da previsibilidade para adquirir uniformes, materiais e equipamentos em maior quantidade com menores preços, bem como a possibilidade de depreciar equipamentos dentro do prazo de vigência do contrato. Também há possibilidade de redução de custos administrativos pelo maior prazo do contrato.

4.5.1.7. Propicia vantagem técnica na medida em que com a previsão do prazo inicial do contrato em 2 (dois) anos, os empregados se sentem mais seguros para permanecer no emprego, adquirindo cada vez mais expertise na análise de imagens, o que contribui significativamente para a eficiência da fiscalização aduaneira.

4.5.1.8. Reduz 6 (seis) procedimentos de prorrogação do contrato, em relação a um contrato com vigência inicial de 1 ano, supondo um contrato com duração de 10 anos, o que economiza mão de obra dos servidores que atuam na matéria, todos já sobrecarregados de tarefas, em razão da histórica insuficiência de recursos humanos.

4.6. Avaliação da necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

4.6.1. Não haverá necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação pretendida pela Administração, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) dispõe de equipamentos de raios X para inspeção de unidades de carga e veículos, do tipo escâneres móveis, de grande porte, dos quais 4 (quatro) se encontram instalados em unidades administrativas da 10ª Região Fiscal da RFB, no Estado do Rio Grande do Sul.

5.2. O valor atualizado de cada um dos equipamentos é de aproximadamente R\$ 12.893.544,00.

5.3. Os serviços de operação desses equipamentos são prestados atualmente mediante contrato em vigência até o dia 9 de novembro de 2023.

5.4. Registre-se que os serviços são prestados por mão de obra especializada, como analisador de imagens e Supervisor de Proteção Radiológica, que não são disponíveis nos quadros funcionais da RFB, conforme normas legais emitidas pela CNEN/ANSN. Inclusive, há que se ter licença de operação da CNEN/ANSN para o local de operação dos escâneres de grande porte.

5.5. Foram analisadas contratações similares feitas por outras Regiões Fiscais da RFB, por meio de consultas aos editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, porém não foram identificadas mudanças a serem incorporadas em relação à sistemática da contratação atual.

5.6. Para a contratação de serviço de operação de escâner, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

5.7. Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução que atende os interesses e as necessidades desta Administração é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados, com utilização de mão de obra com dedicação exclusiva, de operação de 4 (quatro) equipamentos de raios X, do tipo escâner móvel, marca NUCTECH, modelo MT1213LH, utilizados para inspeção de unidades de carga e veículos.

6.2. Justificativas da escolha do tipo de solução

6.2.1. Conforme exposto acima, a solução proposta foi a única existente no mercado, que proporciona a operação dos equipamentos com a utilização da mão de obra devidamente qualificada e em conformidade com as normas da CNEN/ANSN.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1 A estimativa do quantitativo para os serviços de operação de 4 (quatro) equipamentos de raios X, do tipo escâner móvel, marca NUCTECH, modelo MT1213LH, utilizados para inspeção de unidades de carga e veículos foi baseada no atual contrato e nas demandas encaminhadas pelas unidades, conforme suas necessidades.

7.2. Diante do acima exposto, a estimativa de quantitativos a ser contratada é de:

CHUI - Operação 8h/dia, de segunda a sexta-feira		
TIPO DE POSTO	JORNADA POR POSTO	Nº DE POSTOS
Inspetor de Imagem I	8h48min/dia	2
Controlador de Tráfego II	8h48min/dia	1
SANTANA DO LIVRAMENTO - Operação 8h/dia, de segunda a sexta-feira		
TIPO DE POSTO	JORNADA POR POSTO	Nº DE POSTOS
Inspetor de Imagem I	8h48min/dia	2
Controlador de Tráfego II	8h48min/dia	1
SÃO BORJA - Operação 12h/dia, de segunda a sábado		
TIPO DE POSTO	JORNADA POR POSTO	Nº DE POSTOS
Inspetor de Imagem I	6h/dia	4
Controlador de Tráfego II	6h/dia	2
URUGUAIANA - Operação 12h/dia, de segunda a sábado		
TIPO DE POSTO	JORNADA POR POSTO	Nº DE POSTOS
Inspetor de Imagem I	6h/dia	4
Controlador de Tráfego II	6h/dia	2

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Preços de referência para a contratação:

I. O preço de referência foi definido e documentado com base em pesquisa de preços realizada nos termos da IN SEGES nº 65/2021, conforme documentação contida neste processo (documentos nºs 34 a 45).

II. A consolidação da pesquisa de preços juntamente com a elaboração das planilhas de custos e formação de preços resultou nos seguintes valores estimados:

Grupo	Item	Unidade de localização do equipamento	Preços Estimados (R\$)	
			Mensal	Total de 2 (dois) anos
1	1	Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Chuí – IRF/CHU.	20.504,08	492.097,92
	2	Alfândega da Receita Federal do Brasil em Santana do Livramento – ALF/SLV.	24.112,16	578.691,84
	3	Inspetoria da Receita Federal do Brasil em São Borja – IRF/SBA.	39.214,34	941.144,16
	4	Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana – ALF/URA.	37.022,96	888.551,04
PREÇOS TOTAIS ESTIMADOS (R\$)			120.853,54	2.900.484,96

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. A contratação dos serviços em um único grupo, sem parcelamento do seu objeto, é a que melhor atende os interesses e as necessidades da Administração pelos motivos a seguir:

9.1.1. A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 realizará licitação que será conduzida através de Pregão (Eletrônico) e optou por realizar o julgamento pelo “menor preço global para o grupo”, considerando que o objeto é único, eis que a prestação de serviços nas quatro localidades tem a mesma natureza.

9.1.2. Presume-se que se fosse realizada licitação com quatro itens independentes, provavelmente haveria dificuldade em contratar os serviços para os equipamentos instalados em São Borja e Chuí, em face de serem municípios pequenos, sem mão de obra especializada e afastados de grandes centros. Caso ocorressem licitantes ao certame os custos poderiam ser abusivos.

9.1.3. A reunião dos quatro itens em um único grupo proporcionará a garantia da contratação mesmo para os locais menos atraentes, prestigiando o interesse público.

9.1.4. Em face do acima exposto, a única forma que se visualiza de atingir tal objetivo é assegurar que apenas uma empresa seja considerada vencedora para os quatro itens do grupo, de forma que ela se responsabilize integralmente pela operação dos escâneres.

9.1.5. A licitação conduzida em um grupo único de 4 itens favorece a competição, acarretando preços e condições mais vantajosas para a Administração. Caso fosse adotado o critério de julgamento de adjudicação por itens, o preço individual ofertado poderia ser superior ao ofertado pelo critério adotado, na medida em que haveria a possibilidade de uma licitante sagrar-se vencedora em um item e outra licitante em outro item. Dessa forma, conclui-se que o critério utilizado também proporciona a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.1.6. O Tribunal de Contas da União – TCU firmou Jurisprudência, por meio da Súmula nº 247/2004, de 10/11/2004, publicada no DOU de 23/11/2004, em decorrência do disposto no artigo 3º, § 1º, inciso I; artigo 8º, § 1º e artigo 15, inciso IV, todos da Lei nº 8.666/93, que é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia em escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam, fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

9.1.7. O TCU permite a licitação por grupo, ou julgamento pelo menor preço global, desde que seus itens sejam compostos de bens com características que permitam a maior competitividade ao certame, conforme Acórdão nº 808/2003 TCU–P, abaixo transcrito:

Item 39 do Voto do Ministro Relator:

39. A licitação sob comento foi realizada em três diferentes lotes, sendo que cada lote continha diversos itens a serem adquiridos pela Administração. Todavia, como bem demonstrou a Unidade Técnica, alguns itens integrantes de um mesmo lote apresentavam características bastante distintas, o que justificaria a licitação em separado de cada um deles. Cite-se, como exemplo, o lote III que continha móveis de aço, móveis estofados, móveis escolares e móveis de madeira prensada, que poderiam ser objeto de licitação por itens separados, o que propiciaria maior competitividade ao certame.

Item 9.2.3 do Acórdão nº 808/2003 - P:

9.2.3. verifique a possibilidade de se utilizar a adjudicação por itens, bem como que na eventualidade de divisão do objeto em lotes, que estes sejam compostos de bens com características que permitam a maior competitividade ao certame, consoante previsto nos arts. 15, inciso IV, e 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93, bem como o entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União na Decisão nº 393/94-Plenário, Ata nº 27/94.

9.1.8. Também o Acórdão TCU nº 5.301/2013 da 2ª Câmara abordou o assunto da seguinte forma:

Item 15 do Voto do Relator

Por tudo isso, acompanho a proposta formulada pela unidade técnica, de sorte que pugno para que a presente representação seja conhecida para, no mérito, ser considerada apenas parcialmente procedente, diante das peculiares circunstâncias do presente caso concreto, no qual a licitação por itens isolados poderia trazer indesejáveis riscos à administração pública, mostrando-se adequado, pois, o agrupamento desses itens em lotes, com elementos de mesma característica. (grifo nosso)

9.1.9. Não há contrariedade da doutrina e da jurisprudência na adoção do critério de julgamento pelo menor preço global ou por lote/grupo, desde que devidamente justificado e que não haja restrição à competição.

9.1.10. Como o objeto é único, fica preservado o caráter competitivo da licitação, diferentemente do relatado acima, no Acórdão TCU nº 808/2003-P, em que a especificidade dos móveis leva a acreditar que nem todos os fornecedores de móveis dispõem de todos os tipos de móveis que foram licitados.

9.1.11. Conforme exposto acima, concluímos que:

a) A licitação para contratação do objeto desejado com critério de julgamento e adjudicação pelo “menor preço do grupo” é o que amplia a competição e proporciona a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo, para o presente caso, a opção que melhor atende o interesse público.

b) A licitação para contratação do objeto desejado com julgamento e adjudicação por itens causaria perda de economia de escala, não sendo, para o presente caso, a opção que melhor atende o interesse público. Exemplificando, se fosse licitado por itens, cada item com licitantes vencedores distintos, o custo com 2 (dois) Supervisores de Proteção Radiológica (exigência da CNEN/ANSN) seria multiplicado nos eventuais 4 (quatro) itens.

c) A licitação para contratação do objeto desejado com critério de julgamento e adjudicação pelo “menor preço do grupo” reduz a quantidade de contratos, o que resultará maior economicidade devido ao ganho de escala. Nesse caso, quanto maior a quantidade de postos licitados, maior será o interesse das empresas em participar da licitação, havendo logicamente uma tendência em aumentar a competitividade no certame, com a consequente obtenção de propostas mais vantajosas.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Atualmente esta Superintendência possui o Contrato SRRF10 nº 5/2017, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, por meio de empresa especializada, de 4 (quatro) equipamentos móveis de inspeção de cargas e veículos, compostos por caminhão, gerador e escâner modelo MT1213LH, marca NUCTECH, incluindo o fornecimento de partes, peças, acessórios, componentes e materiais originais para substituição, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital, nas unidades vinculadas à 10ª Região Fiscal, prestado pela empresa VMI Sistemas de Segurança Ltda.

11. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PCA E ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO

11.1. O objeto do presente estudo está alinhado com o planejamento da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10, conforme previsto no Id do item no PCA: 121 - PRESTACAO DE SERVICOS DE OPERACAO SISTEMA EQUIPAMENTOS MÁQUINAS – Código SIASG: 21032, do Plano de Contratações Anual - PCA – 2023 da SRRF10 – UASG 170177.

11.2. A presente contratação também está alinhada aos objetivos previstos no Planejamento Estratégico da RFB, nos seguintes aspectos:

FORTALECER A LOGÍSTICA APLICADA ÀS OPERAÇÕES VIGILÂNCIA, REPRESSÃO E A GESTÃO DE MERCADORIAS APREENDIDAS

AMPLIAR O COMBATE A ILÍCITOS TRIBUTÁRIOS E ADUANEIROS

AMPLIAR A SEGURANÇA E AGILIDADE NO COMÉRCIO EXTERIOR

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. O resultado pretendido com a presente contratação é o cumprimento da missão institucional da RFB,

proporcionando o aprimoramento do controle aduaneiro, responsável pela fiscalização e controle do fluxo internacional de bens, mercadorias, veículos e pessoas.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Não há providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, uma vez que a SRRF10 já possui experiência com relação a esse objeto, tendo em vista que já realizou licitação para o mesmo objeto e vem fiscalizando a contratação dela advinda há aproximadamente 10 (dez) anos.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Não se vislumbra para o presente objeto impactos ambientais relevantes ou extraordinários, fora do comumente esperado das atividades econômicas ordinárias de prestação de serviços, que necessitem, portanto, de medidas de tratamento especiais por parte da Administração, ou estipuladas pela Administração para cumprimento da futura contratada, além daquelas usualmente exigidas nos editais de licitação, conforme modelos editalícios aprovados pela PRFN4.

14.2. Também deverão ser cumpridas todas as normas legais emitidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN e/ou Autoridade Nacional de Segurança Nuclear- ANSN.

15. ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE

Esta Equipe de Planejamento declara viável e adequada esta contratação para o atendimento da necessidade da Administração.

15.1 Justificativa da Viabilidade e Adequação

A viabilidade e adequação da presente contratação justificam-se, uma vez que a solução apontada atende plenamente às necessidades da Administração e está perfeitamente adequada ao mercado, visto que as condições e exigências previstas para o objeto não restringem a participação na licitação.

Além disso, a contratação está alinhada aos objetivos contidos no planejamento estratégico da RFB, e também está prevista no Plano Anual de Contratações da SRRF10.

A contratação prevista, uma vez autorizada, deverá possuir adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



APÊNDICE II DO TERMO DE REFERÊNCIA

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Definição: Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

1.2. Objetivo a atingir: prestação do serviço em elevados níveis de qualidade.

1.3. Forma de avaliação: definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.

1.4. Apuração: ao final de cada período de apuração (mensal), a fiscalização do contrato encaminhará ao gestor do contrato o relatório de recebimento provisório do objeto, no qual deverá constar a avaliação dos serviços prestados, conforme os critérios deste IMR. O gestor do contrato receberá todos os relatórios, efetuará a medição do valor mensal devido, já ajustado ao IMR, e dará ciência à Contratada, solicitando a emissão de documento de cobrança pelo valor medido e a adoção das medidas recomendadas, se houver.

1.5. Sanções: embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas no Instrumento de Contrato.

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada será estabelecido e utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR, baseando-se em indicadores e metas definidos abaixo.

2.2. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em desconto no valor mensal dos postos, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra os compromissos estabelecidos pelos indicadores.

2.3. O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida.

2.4. Para o recebimento integral do valor contratado, a Contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

2.5. O IMR será implementado na data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.

3. DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR POSTO DE SERVIÇO

3.1. Para consecução destes objetivos, serão adotadas as seguintes regras de Medição de Resultado:

3.2.1. A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos “bom”, “razoável” e “insatisfatório”, equivalente aos valores 3, 2, 1 e 0 para cada item avaliado, sendo os dois últimos atrelados ao conceito “insatisfatório”, e as respectivas justificativas, se necessário. Serão 3 (três) módulos distintos a serem avaliados, cada um com seu respectivo peso no cômputo geral, formando a pontuação final que será aplicada na faixa de tolerância:

MÓDULO	PESO DA AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	10	30
2	20	60
3	30	90
RESULTADO MÁXIMO DA AVALIAÇÃO		180

3.2.2. As adequações nos pagamentos estarão limitadas à seguinte faixa de tolerância:

FAIXA DE PONTUAÇÃO OBTIDA	PERCENTUAL DE DESCONTO
151 a 180	0%
121 a 150	2%
91 a 120	3%
61 a 90	4%
Até 60	5%

3.3. Os módulos para medição dos resultados estão descritos no quadro a seguir:

MUNICÍPIO DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO: _____				
MÓDULO 1 - EQUIPE (capacitação, uniforme/EPI, comportamento)				
Descrição	Pontos	Pontos (0 a 3)	Peso	Pontuação total = (Pontos x Peso)
I - Todos os 3 aspectos adequados	3		10	
II - Um aspecto inadequado	2			
III - Dois aspectos inadequados	1			
IV- Três aspectos inadequados	0			
Descrição das ocorrências (identificação do posto (empregado), dia e a ocorrência):		Subtotal Módulo 1		
MÓDULO 2- PONTUALIDADE E ASSIDUIDADE (cobertura durante toda a jornada estabelecida, ausência de atrasos, cumprimento do intervalo intrajornada (almoço))				
Descrição	Pontos	Pontos (0 a 3)	Peso	Pontuação total = (Pontos x Peso)
I - Todos os 3 aspectos adequados	3		20	
II - Um aspecto inadequado	2			
III - Dois aspectos inadequados	1			
IV- Três aspectos inadequados	0			
Descrição das ocorrências (identificação do posto (empregado), dia e a ocorrência):		Subtotal Módulo 2		
MÓDULO 3- QUALIDADE DOS SERVIÇOS (Cumprimento das rotinas previstas, atendimento de demandas, qualidade das tarefas executadas)				
Descrição	Pontos	Pontos (0 a 3)	Peso	Pontuação total = (Pontos x Peso)

I - Todos os 3 aspectos adequados	3	30	
II - Um aspecto inadequado	2		
III - Dois aspectos inadequados	1		
IV- Três aspectos inadequados	0		
Descrição das ocorrências (identificação do posto (empregado), dia e a ocorrência):		Subtotal Módulo 3	

Quadro 1: Descrição dos Itens Avaliados

4. CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DOS ITENS AVALIADOS

4.1. Conforme a pontuação obtida em cada posto (empregado) serão gerados os seguintes percentuais de desconto no valor do posto:

CONCEITO	FAIXA DE PONTUAÇÃO OBTIDA	PERCENTUAL DE DESCONTO
BOM	151 a 180	0%
SATISFATÓRIO	121 a 150	2%
REGULAR	91 a 120	3%
INSATISFATÓRIO	61 a 90	4%
	Até 60	5%

Quadro 2: Avaliação da Pontuação Obtida

4.2. Os serviços serão considerados insatisfatórios abaixo de 90 pontos.

4.3. O primeiro mês de contrato será objeto apenas de notificação, de modo a permitir o ajuste e aperfeiçoamento da qualidade do serviço pela contratada.

4.4. Os registros das ocorrências serão individuais e para cada posto (empregado), ou seja, a cada fato verificado corresponderá a uma ocorrência, podendo haver registro de várias ocorrências dentro do período de avaliação.

4.5. A forma de dimensionamento dos pagamentos seguirá as seguintes orientações:

4.5.1. Em cada módulo será atribuído pontos conforme Quadro 1.

4.5.2. O somatório da pontuação obtido de cada módulo multiplicado por seu respectivo peso constituirá a pontuação final de cada posto (empregado).

4.5.3. No primeiro mês que a contratada obter pontuação que determine a aplicação de desconto, o mesmo não haverá e será objeto apenas de notificação, de modo a permitir o ajuste e aperfeiçoamento da qualidade do serviço pela contratada.

4.5.4. Nos meses que a contratada não obter o conceito “Bom”, poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços com pontuação igual ou inferior a 150. No caso de aceite da justificativa pela Contratante, mediante a comprovação da excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da Contratada, não será aplicado o desconto na fatura.

4.5.5. Haverá possibilidade de rescisão contratual nas seguintes condições:

4.5.5.1. Desconto de 5% (cinco por cento) por mais de seis vezes durante a vigência inicial do contrato ou nos últimos 12 meses, se houver prorrogação;

4.5.5.2. Pontuação abaixo de 30 (trinta) pontos;

4.5.5.3. Desconto de 5% (cinco por cento) por seis meses consecutivos.

Observação: Para o cômputo acima não será considerado o mês referido no item 4.3.

4.6. As sanções previstas no Edital, inclusive as de multa, poderão ser aplicadas concomitantemente com o desconto na fatura.



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 18/09/2023 15:34:53 por Andre Luis Souza da Silva.

Documento assinado digitalmente em 18/09/2023 15:34:53 por ANDRE LUIS SOUZA DA SILVA.

Esta cópia / impressão foi realizada por ALINE PEREIRA DENARDIN MARIOTTI em 18/09/2023.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP18.0923.16160.U5Y6

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:

A0BB6A490804963CD07ED509BEDFE868B609D37408C65A22E33EE9477A722903